

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	667.013.209
Preferenciais	0
Total	667.013.209
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.308.993	2.272.771
1.01	Ativo Circulante	292.451	267.650
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.136	10.859
1.01.02	Aplicações Financeiras	41.372	25.274
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	41.372	25.274
1.01.03	Contas a Receber	23.999	22.781
1.01.03.01	Clientes	23.999	22.781
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	23.999	22.781
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.685	5.627
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.685	5.627
1.01.07	Despesas Antecipadas	49	430
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	218.210	202.679
1.01.08.03	Outros	218.210	202.679
1.01.08.03.01	Concessão de serviço público (ativo de contrato)	201.521	192.220
1.01.08.03.02	Outros créditos	16.689	10.459
1.02	Ativo Não Circulante	2.016.542	2.005.121
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.015.445	2.003.850
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	73.614	71.156
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.941.831	1.932.694
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos e Vinculados	8	9
1.02.01.10.09	Concessão de serviço público (ativo de contrato)	1.936.029	1.919.968
1.02.01.10.10	Tributos a recuperar	2.415	3.740
1.02.01.10.11	Instrumentos financeiros derivativos	3.379	8.977
1.02.03	Imobilizado	388	441
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	388	441
1.02.04	Intangível	709	830
1.02.04.01	Intangíveis	709	830

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.308.993	2.272.771
2.01	Passivo Circulante	154.825	149.431
2.01.02	Fornecedores	2.652	6.105
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.652	6.105
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.995	2.611
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.995	2.611
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.995	2.611
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	97.727	94.210
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.979	14.979
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.979	14.979
2.01.04.02	Debêntures	82.748	79.231
2.01.05	Outras Obrigações	50.451	46.505
2.01.05.02	Outros	50.451	46.505
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	22.139	26.032
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	1.668	1.706
2.01.05.02.05	Encargos de dívidas	738	796
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	6.855	6.351
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego	1	1
2.01.05.02.08	Outros passivos	19.050	11.619
2.02	Passivo Não Circulante	1.002.909	1.022.960
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	464.733	504.890
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	177.702	191.179
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	94.869	191.179
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	82.833	0
2.02.01.02	Debêntures	287.031	313.711
2.02.02	Outras Obrigações	206.897	204.226
2.02.02.02	Outros	206.897	204.226
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	197.761	195.399
2.02.02.02.05	Fornecedores	6.953	7.320
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	1.538	1.087
2.02.02.02.07	Benefícios pós-emprego	3	2
2.02.02.02.08	Outros passivos	642	418
2.02.03	Tributos Diferidos	317.609	300.947
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	317.609	300.947
2.02.04	Provisões	13.670	12.897
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.670	12.897
2.03	Patrimônio Líquido	1.151.259	1.100.380
2.03.01	Capital Social Realizado	667.013	667.013
2.03.02	Reservas de Capital	48.954	48.921
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	48.954	48.921
2.03.04	Reservas de Lucros	384.448	384.448
2.03.04.01	Reserva Legal	34.092	34.092
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	126.436	126.436
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	215.856	215.856
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	8.064	8.064

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	50.846	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2	-2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	60.604	115.620	58.483	117.265
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras, líquidas	3.141	4.841	24.444	24.444
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão	57.463	110.779	34.039	92.821
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.112	-8.590	-21.059	-31.245
3.02.01	Pessoal e administradores	-2.424	-4.835	-2.267	-4.576
3.02.02	Benefícios pós emprego	-49	-98	-51	-96
3.02.03	Material	-267	-899	305	-1.123
3.02.04	Serviços de terceiros	-1.238	-1.332	-1.730	-1.965
3.02.05	Depreciação e amortização	0	0	-90	-180
3.02.06	Custo de construção	-1.029	-1.146	-17.205	-23.257
3.02.07	Outras	-105	-280	-21	-48
3.03	Resultado Bruto	55.492	107.030	37.424	86.020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.597	-11.128	-5.497	-8.156
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.622	-11.088	-5.497	-8.103
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-620	-1.120	-598	-1.112
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-18	-27	-9	-17
3.04.02.03	Material	-49	-89	-784	-771
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-1.717	-3.401	-1.520	-2.395
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais	36	46	-1.455	-1.452
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-88	-174	-84	-168
3.04.02.07	Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-5.390	-4.006	0	0
3.04.02.08	Outras	-1.776	-2.317	-1.047	-2.188
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	24	24	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1	-64	0	-53
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	45.895	95.902	31.927	77.864
3.06	Resultado Financeiro	-11.674	-23.050	-11.266	-22.333
3.06.01	Receitas Financeiras	3.599	7.989	1.803	3.431

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	3.485	7.187	1.627	3.086
3.06.01.02	Outras receitas financeiras	114	802	176	345
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.273	-31.039	-13.069	-25.764
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-4.426	-8.905	-3.686	-7.515
3.06.02.02	Encargos de dívidas - var monet.e cambial	-7.609	-11.835	-8.789	-17.255
3.06.02.03	Marcação a mercado derivativos	28	-702	0	0
3.06.02.04	Marcação a mercado da dívida	-28	702	0	0
3.06.02.05	Atualização PEE e P&D	-44	-81	25	0
3.06.02.06	Atualização de contingência	-435	-855	-488	-842
3.06.02.07	Despesas IOF	-2	-2	0	0
3.06.02.08	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-2.752	-9.350	0	0
3.06.02.09	Outras despesas financeiras	-5	-11	-131	-152
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	34.221	72.852	20.661	55.531
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.303	-22.006	-5.592	-15.646
3.08.01	Corrente	-8.751	-11.335	-1.056	-2.024
3.08.02	Diferido	-2.552	-10.671	-4.536	-13.622
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.918	50.846	15.069	39.885
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.918	50.846	15.069	39.885
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0362	0,0762	0,0096	0,0468

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	22.918	50.846	15.069	39.885
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.918	50.846	15.069	39.885

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.371	53.299
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.679	-10.310
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	50.846	39.885
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22.006	15.646
6.01.01.03	Pis e Cofins diferido	2.346	3.210
6.01.01.04	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias - líquidas	14.408	22.543
6.01.01.06	(Reversão) constituição de provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e amb	-46	1.452
6.01.01.08	Remuneração do Ativo de Contrato de Concessão	-110.779	-92.821
6.01.01.10	Margem e perda na eficiência do ativo de contrato da Transmissão	-23	-589
6.01.01.11	Amortização e depreciação	174	348
6.01.01.12	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	9.350	0
6.01.01.13	Marcação a mercado derivativos	702	0
6.01.01.14	Marcação a mercado da dívida	-702	0
6.01.01.15	Provisões para créditos de liquidação duvidosa	4.006	0
6.01.01.16	Programa de remuneração variável- ILP	33	16
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	75.050	63.609
6.01.02.01	Concessionárias permissionárias	81.362	77.530
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-733	-743
6.01.02.04	Depósitos judiciais	1	99
6.01.02.05	Despesas antecipadas	381	1.370
6.01.02.06	Outros créditos	-6.230	5.429
6.01.02.07	Fornecedores	-3.820	-12.256
6.01.02.08	Tributos e contribuições sociais	-1.069	-1.282
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.875	-1.407
6.01.02.10	Encargos setoriais	413	274
6.01.02.11	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-36	-1
6.01.02.14	Outras contas a pagar	7.656	-5.404
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.515	-22.924
6.02.04	Aplicações no imobilizado	0	-11
6.02.05	Aplicações no Intangível	0	3
6.02.06	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	-11.369	341
6.02.07	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-1.146	-23.257
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-64.579	-33.970
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	-48.206	-44.802
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	-8.530	-7.154
6.03.05	Pagamento de dividendos	-3.893	-2.764
6.03.06	Recursos destinados a aumento de capital	0	20.750
6.03.07	Pagamento liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos	-3.950	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.723	-3.595
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.859	8.671
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.136	5.076

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	48.921	384.448	0	-2	1.100.380
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	48.921	384.448	0	-2	1.100.380
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	33	0	0	0	33
5.04.08	Programa de remuneração variável- ILP	0	33	0	0	0	33
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.846	0	50.846
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.846	0	50.846
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.954	384.448	50.846	-2	1.151.259

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	82.934	350.888	0	0	1.100.835
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	82.934	350.888	0	0	1.100.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	20.766	0	0	0	20.766
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	20.750	0	0	0	20.750
5.04.09	Programa de remuneração variável- ILP	0	16	0	0	0	16
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.885	0	39.885
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.885	0	39.885
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	103.700	350.888	39.885	0	1.161.486

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	128.394	133.473
7.01.02	Outras Receitas	132.400	133.473
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.006	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.470	-32.640
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.734	-6.259
7.02.04	Outros	-2.736	-26.381
7.03	Valor Adicionado Bruto	119.924	100.833
7.04	Retenções	-174	-348
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-174	-348
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	119.750	100.485
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.378	3.597
7.06.02	Receitas Financeiras	8.378	3.597
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	128.128	104.082
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	128.128	104.082
7.08.01	Pessoal	5.166	4.960
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.224	4.236
7.08.01.02	Benefícios	633	409
7.08.01.03	F.G.T.S.	309	315
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	40.040	32.910
7.08.02.01	Federais	40.014	32.856
7.08.02.02	Estaduais	25	53
7.08.02.03	Municipais	1	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	32.076	26.327
7.08.03.01	Juros	31.039	25.764
7.08.03.02	Aluguéis	1.037	563
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.846	39.885
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50.846	39.885

Comentário do Desempenho

– **Resultado financeiro:** as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 12 milhões no 2T26, ocasionando um aumento de R\$ 0,4 milhão na comparação com 2T25, devido aos seguintes eventos:

- aumento da despesa financeira ocasionado pelo efeito líquido entre o resultado do SWAP (+R\$ 6 milhões) e redução de encargos dívidas em função das amortizações ocorridas entre os períodos (–R\$ 1 milhão).

Esse efeito foi compensado pelos seguintes eventos:

- aumento das receitas oriundas das aplicações financeiras (R\$ 2 milhão).

– **Lucro (prejuízo) líquido societário:** a Companhia registrou um lucro de R\$ 23 milhões no 2T26, aumento de R\$ 8 milhões na comparação 2T25, em função dos eventos descritos acima.

RESULTADO REGULATÓRIO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO REGULATÓRIO VALORES EM R\$ MILHÕES	Trimestre				Acumulado			
	2T26	2T25	Var. %	Var. R\$	6M26	6M25	Var. %	Var. R\$
Receita anual permitida	55	49	+ 11	+ 6	107	99	+ 8	+ 8
Total da receita bruta	55	49	+ 11	+ 6	107	99	+ 8	+ 8
Deduções da receita	(7)	(6)	+ 13	– 1	(14)	(13)	+ 11	– 1
Receita operacional líquida	48	43	+ 11	+ 5	93	86	+ 8	+ 7
PMSO	(8)	(9)	– 10	+ 1	(14)	(15)	– 4	+ 1
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(5)	(1)	+ 266	– 4	(4)	(2)	+ 166	– 2
Amortização/Depreciação	(12)	(12)	+ 4	– 0,4	(24)	(23)	+ 4	– 1
Resultado financeiro	(12)	(11)	+ 4	– 0,4	(23)	(22)	+ 3	– 1
Contribuição social e imposto de renda	(3)	(2)	+ 77	– 1	(7)	(5)	+ 32	– 2
Lucro (Prejuízo) líquido regulatório	7	8	– 7	– 1	21	19	+ 9	+ 2
EBITDA regulatório	34	32	+ 5	+ 2	75	70	+ 7	+ 5
Margem EBITDA (%)	72	76	– 4 p.p.	–	81	81	– 1 p.p.	–

⁽²⁾ Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

– **Receita operacional líquida:** No 2T26, a LMTE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 48 milhões, R\$ 5 milhões maior do que o registrado no 2T25 devido aos seguintes eventos:

- Reajuste tarifário da RAP (Receita Anual Permitida) de 5,32% (IPCA) conforme Resolução Homologatória nº 3.481 da ANEEL;
- Maiores registros de AVC complementares no 1T26 (R\$ 1 milhão);
- Menores registros de indisponibilidades no 2T26 (R\$ 0,3 milhão).

– **PMSO:** As despesas com PMSO totalizaram R\$ 8 milhões no 2T26, representando uma redução de R\$ 1 milhão em relação ao 2T25, explicada, principalmente, pelo menor volume de aquisições de materiais para manutenção das linhas de transmissão, que contribuiu com uma redução de R\$ 1 milhão.

– **Demais despesas operacionais:** No 2T26, a rubrica apresentou um aumento de R\$ 4 milhões em relação ao 2T25, explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- ajuste referente ao estorno reportado no 1T26 e à constituição da Provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PECLD) sobre as receitas de AVC Complementares reconhecidas no período, de modo que o efeito no resultado seja neutro; e
- aumento de R\$ 1 milhão, decorrente do menor volume de reversões de provisões reconhecidas no 2T26, quando comparado ao 2T25.

Comentário do Desempenho

- **Depreciação e amortização:** No 2T26, as despesas de amortização e depreciação alcançou R\$ 12 milhões, em linha com o 2T25.
- **EBITDA e margem EBITDA:** Alcançou R\$ 34 milhões no 2T26, aumento de R\$ 2 milhão em relação ao 2T25, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.
- **Resultado financeiro:** as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 12 milhões no 2T26, ocasionando um aumento de R\$ 0,4 milhão na comparação com 2T25, devido aos seguintes eventos:
 - Aumento da despesa financeira ocasionado pelo efeito líquido entre o resultado do SWAP (+R\$ 6 milhões) e redução de encargos dívidas em função das amortizações ocorridas entre os períodos (–R\$ 1 milhão).

Esse efeito foi compensado pelos seguintes eventos:

- Aumento das receitas oriundas das aplicações financeiras (R\$ 2 milhão).

Lucro (prejuízo) líquido societário: No 2T26, a Companhia apresentou lucro de R\$ 7 milhões, R\$ 1 milhão menor do que o lucro apresentado no 2T25.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

DESCRIÇÃO VALORES EM R\$ MILHÕES	31/03/2026	31/12/2025	30/09/2025
Circulante	106	101	100
Empréstimos e financiamentos	15	15	15
Debêntures	82	79	79
Encargos de dívidas	2	1	1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	7	6	5
Não Circulante	501	496	532
Empréstimos e financiamentos	182	191	192
Debêntures	321	314	345
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(3)	(9)	(5)
Total das dívidas	607	597	632
(-) Disponibilidades financeiras:	138	107	133
Total das dívidas líquidas	469	490	499

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A **Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) para o** **Período findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou "LMTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 009/2008 ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Amapá e Pará composto por linhas transmissão em 500 kV c2 e 230 kV c2, e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV).

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,
- VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Notas Explicativas

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, o decreto 11.314 de 2022 prevê a relicitação de todos os contratos de concessão.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

O Despacho nº 2.268, de 22 de junho de 2026, estabeleceu a RAP, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2026 a 30 de junho de 2027. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+4,72%).

A seguir, a RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras		Demais instalações	Ciclo 2026-2027	Ciclo 2025-2026
	RBL	RBNI	RMEL	RBL	RBNI	RPEC		
009/2008	160.040	783	3	8.231	9.896	863	179.816	164.025

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e o resumo das políticas contábeis materiais não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.1 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2026.

2.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2026

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

Notas Explicativas

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para a aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.
IFRS 20 – Regulatory Assets and Regulatory Liabilities	1º de janeiro de 2029	A norma substituirá a IFRS 14, e tem o objetivo de dar maior transparência aos investidores sobre como regras tarifárias afetam os ganhos futuros e desempenho das empresas. A Companhia e suas controladas pretendem adotar a norma, se cabível, quando entrar em vigor.

3. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

4. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados**4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	1.136	7.858
Operações compromissadas	-	3.001
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	1.136	10.859

4.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

	30/06/2026	31/12/2025
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	73.614	71.156
Fundos de investimentos exclusivos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	61	16
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	22	13
Compromissadas	4.216	1.901
Fundo Multimercado	1.855	2.797
Fundo de Renda Fixa	22.393	13.393
Letra Financeira (LFT)	5.259	3.101
Letra Financeira (LF)	6.547	2.968
Nota de Crédito	69	36
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	950	479
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	570
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽¹⁾	114.986	96.430
Circulante	41.372	25.274
Não Circulante	73.614	71.156

⁽¹⁾ Inclui R\$73.614 (R\$71.156 em 31 de dezembro de 2025) referente a garantia de debêntures.

Notas Explicativas

A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2026 equivale a 98,3% (98,4% em 31 de dezembro de 2025) do CDI.

5. Concessionárias e permissionárias

	30/06/2026	31/12/2025
Concessionárias e Permissionárias	32.794	27.570
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD ⁽¹⁾	(8.795)	(4.789)
Total – circulante	23.999	22.781

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o período, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	17.279	16.996
Vencidos até 90 dias	2.287	2.669
Vencidos até 180 dias	2.875	1.175
Vencidos até 360 dias	1.766	971
Há mais de 360 dias	8.587	5.759
Total – circulante	32.794	27.570

6. Tributos a recuperar

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	8.270	7.316
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	1.624	1.425
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	315
Outros	206	311
Total	10.100	9.367
Circulante	7.685	5.627
Não circulante	2.415	3.740

7. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo		
Prejuízos fiscais	25.816	28.318
Base negativa da contribuição social	9.294	10.195
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	9.172	4.635
Contribuição social	3.302	1.669
Total – ativo não circulante	47.584	44.817
Passivo		
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	(268.524)	(254.238)
Contribuição social	(96.669)	(91.526)
Total – passivo não circulante	(365.193)	(345.764)
Total líquido – passivo não circulante	(317.609)	(300.947)

As diferenças temporárias são como segue:

Notas Explicativas

	30/06/2026		31/12/2025	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	103.262	35.109	113.274	38.513
Provisões para contingências judiciais e administrativas	13.670	4.648	3.005	1.022
Outras provisões	10.623	3.612	10.623	3.612
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	8.795	2.990	4.789	1.628
Marcação a mercado - derivativos	3.476	1.182	(2.626)	(893)
Outras diferenças temporárias	126	43	124	42
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(1.072.950)	(364.803)	(1.013.883)	(344.720)
Marcação a mercado - dívida	(1.147)	(390)	(445)	(151)
Total líquido - passivo não circulante	(934.145)	(317.609)	(885.139)	(300.947)

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Total
2026	2.033
2027	5.697
2028	8.568
2029	7.526
2030	9.144
2031 a 2033	8.255
Após 2033	6.361
Total	47.584

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	34.221	72.852	20.661	55.531
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais nominais	(11.635)	(24.770)	(7.025)	(18.881)
Ajustes:				
Incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽¹⁾	352	2.587	1.552	3.496
Incentivo fiscal - Outros ⁽²⁾	(92)	115	24	47
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	-	-	(67)	(156)
Outros ajustes	72	62	(76)	(152)
Imposto de renda e contribuição social	(11.303)	(22.006)	(5.592)	(15.646)
Alíquota efetiva	33,03%	30,21%	27,07%	28,18%

⁽¹⁾ A companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para o exercício de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 através do laudo Constitutivo nº 0069/2018 - Reconhecido pelo ADE RFB 135/2019.

⁽²⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

8. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A, que detém 85,04% do capital total.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

	Serviços contratados (despesas)	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Saldo a pagar	Saldo a receber ⁽¹⁾	Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁵⁾
Energisa Soluções S/A ⁽²⁾	(325)	-	-	(713)	-	-
Energisa S/A ⁽³⁾	(1.223)	-	(347)	(424)	-	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A	-	384	(4)	(1)	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	237	(2)	-	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	997	(31)	(5)	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	227	-	-	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	566	(52)	(8)	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	433	(125)	(21)	-	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	113	(67)	(12)	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	389	(1)	-	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	193	(1)	-	-	-
30/06/2026	(1.548)	3.539	(630)	(1.184)	-	-
31/12/2025	-	-	-	(951)	-	-
30/06/2025	(1.412)	3.136	(738)	(614)	166	(54.805)

(1) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

(2) Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção.

(3) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento, telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 23 de outubro de 2023 com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023 com vencimento em 31 de outubro de 2026 no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

(4) Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.

Remuneração dos administradores

	30/06/2026
Remuneração anual ⁽¹⁾	1.213
Remuneração da Diretoria	55
Outros benefícios ⁽²⁾	65

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2026 foi aprovado a AGO/E ocorreu em 24/04/2026.

Notas Explicativas

⁽²⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

No período findo em 30 de junho de 2026, a maior, a menor e a remuneração média atribuídas aos dirigentes e conselheiros foram de R\$29.

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações *units* em andamento:

O 7º Programa de *Matching* Líderes iniciado em maio de 2024, (ii) 8º Programa de *Matching* Líderes iniciado em maio de 2025 e (iii) 9º Programa de *Matching* Líderes iniciado em maio de 2026.

O 9º Programa de *Performance Shares* é associado as condições de performance *Total Shareholder Return* (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 9º Programa de *Restricted Shares* é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha ocorrido nenhum.

A movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Restricted Shares	Performance Shares	Concessão de ações <i>Matching</i> - Líderes		
	9º Programa	9º Programa	7º Programa	8º Programa	9º Programa
Método de Cálculo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão
Total de opções de ações (<i>units</i>) outorgadas	832	832	1.575	1.937	1.574
Opções de ações (<i>units</i>) prescritas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	11/05/2026	11/05/2026	08/05/2024	08/05/2025	11/05/2026
Data de início <i>vesting</i>	18/05/2026	18/05/2026	01/06/2024	12/05/2025	18/05/2026
Prazo de carência	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	N/A	13,47%	N/A	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	N/A	DI1J2028	N/A	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	N/A	26,73%	N/A	N/A	N/A
Valor justo na data	R\$48,27	R\$47,01	R\$45,71	R\$45,05	R\$48,27
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 30 de junho de 2026.

Notas Explicativas

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para período.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a companhia apurou o valor justo das ações *units* restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações *units*.

No período findo em 30 de junho de 2026, foi revertido o valor de R\$33 (R\$16 em 30 de junho de 2025) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 30 de junho de 2026 é de R\$89 (R\$56 em 31 de dezembro de 2025).

9. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47/IFRS 15.

A Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o período findo em de junho de 2026 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Jurupari – Laranjal – Macapá e LT 500 kV Jurupari – Oriximiná C1 e C2
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	8,19%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3% a 8% a.a.
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.365.158
RAP anual ⁽²⁾	179.816

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

⁽²⁾ O Despacho Aneel nº 2.268 de 22 de junho de 2026 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2026-2027, reajustando a RAP pelo IPCA em 4,72%.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	2.112.188	2.096.615
Receita de remuneração do ativo de contrato	110.779	133.958
Margem da obrigação de performance de construção	23	7.455
Receita de operação e manutenção	7.207	13.743
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(117)	(4.653)
Receita de construção da infraestrutura	1.263	50.306
Recebimento de RAP	(93.793)	(185.236)
Saldos Finais	2.137.550	2.112.188
Circulante	201.521	192.220
Não Circulante	1.936.029	1.919.968

10. Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Materiais	15	37
Serviços	9.590	13.388

Notas Explicativas

	30/06/2026	31/12/2025
Total ⁽¹⁾	9.605	13.425
Circulante	2.652	6.105
Não Circulante	6.953	7.320

⁽¹⁾ Refere-se às aquisições de materiais e serviços necessários à implementação de reforços, melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	30/06/2026
Moeda nacional						
Pré fixado	117.993	(7.490)	(4.373)	4.302	-	110.432
Total em moeda nacional	117.993	(7.490)	(4.373)	4.302	-	110.432
Moeda estrangeira						
Dólar	89.406	-	(2.134)	(3.138)	-	84.134
Marcação a mercado	(445)	-	-	-	(702)	(1.147)
Total em moeda estrangeira	88.961	-	(2.134)	(3.138)	(702)	82.987
Total	206.954	(7.490)	(6.507)	1.164	(702)	193.419
Circulante	15.775					15.717
Não circulante	191.179					177.702

	31/12/2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	31/12/2025
Moeda nacional							
Pré fixado	133.056	-	(14.980)	(9.507)	9.424	-	117.993
Total em moeda nacional	133.056	-	(14.980)	(9.507)	9.424	-	117.993
Moeda estrangeira							
Dólar	-	86.000	-	(1.183)	4.589	-	89.406
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(445)	(445)
Total em moeda estrangeira	-	86.000	-	(1.183)	4.589	(445)	88.961
Total	133.056	86.000	(14.980)	(10.690)	14.013	(445)	206.954
Circulante	15.718						15.775
Não circulante	117.338						191.179

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos		Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) ⁽³⁾	(Taxa efetiva de Swao) (%a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽⁵⁾
	30/06/2026	31/12/2025	Financeiros (%a.a.)	Swap Ponta Passiva (%a.a.)						
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3	110.432	117.993	PRÉ + 10.00%	-	out-33	Mensal a partir de abr/22	4,88%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	110.432	117.993								
BOCOM BBM - LOAN N° 58871	84.134	89.406	USD + 3.54%	CDI + 0,73	set-27	final	-4,17%	7,20%	A	N/A
Marcação à Mercado	(1.147)	(445)								

Notas Explicativas

Operação	Total		Encargos		Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) ⁽³⁾	(Taxa efetiva de Swao) (%a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽⁵⁾
	30/06/2026	31/12/2025	Financeiros (%a.a.)	Swap Ponta Passiva (%a.a.)						
de Dívida ⁽⁴⁾										
Total em Moeda estrangeira	82.987	88.961								
Total	193.419	206.954								

⁽¹⁾ A= Aval Energisa S/A; R = Recebíveis e S = Seguro;

⁽²⁾ Os contratos possuem proteção de *swap* e são avaliados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº19;

⁽³⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações no período findo em 30 de junho de 2026;

⁽⁴⁾ Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº19);

Condições de covenants

⁽⁵⁾ O empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos:

Moeda/indicadores	30/06/2026	31/12/2025
US\$ x R\$	-5,92%	-11,14%
CDI	6,84%	14,32%

Vencimentos:

Em 30 de junho de 2026, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2026
2027	90.323
2028	14.979
2029	14.979
2030	14.979
Após 2030	42.442
Total	177.702

12. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	31/12/2025	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	30/06/2026
Moeda Nacional					
Pós Fixado					
TJLP	397.693	(40.716)	(2.023)	19.084	374.038
(-) Custo com captação	(4.751)	-	-	492	(4.259)
Total ao custo amortizado	392.942	(40.716)	(2.023)	19.576	369.779
Circulante	79.231				82.748
Não circulante	313.711				287.031

	31/12/2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	31/12/2025
Moeda Nacional					
Pós Fixado					
TJLP	438.687	(76.260)	(4.381)	39.647	397.693
(-) Custo com captação	(5.733)	-	-	982	(4.751)
Total ao custo amortizado	432.954	(76.260)	(4.381)	40.629	392.942
Circulante	72.909				79.231
Não circulante	360.045				313.711

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias	Covenants
	30/06/2026	31/12/2025								
Debentures 1ª Emissão	374.038	397.693	27/01/2012	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 6.00%	out-30	Semestral a partir de out/22	4,98%	SG	ICSD
(-) Custos de captação	(4.259)	(4.751)								
Total	369.779	392.942								

(1) Garantias: Conta Reserva do Serviço da Dívida (CRSD) equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações da concessionária e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas – Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$73.614 em 30 de junho de 2026 (R\$71.156 em 31 de dezembro de 2025).

(2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração, em 30 de junho de 2026, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de junho de 2026, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2026
2027	40.981
2028	81.962
2029	81.962
2030	82.126

Notas Explicativas

	30/06/2026
Total	287.031

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debentures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2026	31/12/2025
TJLP	4,48%	8,67%

13. Impostos e contribuições sociais

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	2	135
Contribuições ao PIS e à COFINS ^(*)	199.338	196.997
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	1.196	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	502	-
Encargos Sociais	308	361
Imposto Sobre Serviços – ISS	172	190
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	238	327
Total	201.756	198.010
Circulante	3.995	2.611
Não circulante	197.761	195.399

(*) PIS e COFINS corrente e diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

14. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental.

14.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambiental	30/06/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	225	231	6.474	418	5.549	12.897	17.636
Provisões e reversões líquidas	(3)	(44)	-	-	1	(46)	(4.360)
Pagamentos realizados	(32)	(4)	-	-	-	(36)	(1.168)
Atualização	4	9	453	-	389	855	789
Saldos finais	194	192	6.927	418	5.939	13.670	12.897

Trabalhista

Notas Explicativas

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente discussões sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Fiscal

Processos relacionados a discussão sobre compensação não homologada de IRPJ/CSLL.

Ambiental

Os processos ambientais envolvem discussões sobre licenças ambientais.

Cível

Processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Regulatória

Processos envolvendo o pedido de suspensão da aplicação de Parcela variável à Companhia pelo atraso na entrada em operação das instalações de transmissão e suspensão dos descontos no pagamento das concessionárias, vinculado à aplicação de resolução normativa ANEEL 270/2007.

14.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível, fiscal e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Abaixo demonstrativo das movimentações dos processos classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	30/06/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	9	183.698	5.199	3.081	191.987	306.172
Novos processos	-	-	-	-	-	86
Mudanças de prognóstico	-	2	-	-	2	(81.141)
Encerramento de processos	-	(28.887)	-	-	(28.887)	(42.737)
Atualização	1	12.022	364	216	12.603	9.607
Saldos finais	10	166.835	5.563	3.297	175.705	191.987

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente discussões sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, além de ações consumeristas onde se discute demandas de cunho indenizatório.

Principais processos:

Notas Explicativas

Processo	Tipo	Objeto	30/06/2026	31/12/2025
S/N	Ações Consumeristas Apagão	Discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). Redução do valor em virtude do encerramento de processos extintos sem julgamento do mérito. Na Justiça Estadual foi instaurado o IRDR nº 0003649-80.2021.8.03.0000, onde foi fixada a tese de que "a justiça estadual não é competente para o julgamento das ações indenizatórias propostas em função do fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá em novembro de 2020, considerando a possibilidade de responsabilização da ANEEL, agência reguladora do sistema elétrico nacional". Neste sentido, pela ausência de pressuposto de validade e constituição regular dos processos que foram encerrados pela Companhia.	54.342	78.567
1001396-65.2025.4.01.3100	Ação Civil Pública Apagão	Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, envolvendo discussão sobre a interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida em 2020, no Estado do Amapá.	111.174	103.898

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se basicamente discussões sobre não reconhecimento de compensações (PER/DCOMP) envolvendo saldo negativo de IRPJ e CSLL.

Ambiental

As ações de natureza ambiental referem-se basicamente discussões sobre suposto descumprimento de preceitos regulatórios.

15. Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social

O capital social é de R\$667.013 (R\$667.013 em 31 de dezembro de 2025) representando 667.013.209 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	99.753.209
	667.013.209

15.2 Reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 – Ato Declaratório Executivo nº 134 – DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção

Notas Explicativas

da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;

- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No período findo em 30 de junho de 2026 a Companhia apurou R\$2.587 (R\$4.548 em 31 de dezembro de 2025) de redução de imposto de renda e adicionais.

16. Receita operacional

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita de construção da infraestrutura	1.134	1.263	18.958	25.627
Receita de remuneração do ativo de contrato	57.463	110.779	40.365	92.821
Perda de eficiência na implementação da infraestrutura	(105)	(117)	(1.753)	(2.370)
Receita de operação e manutenção	3.676	7.207	3.233	6.494
Receita de margens da obrigação de performance de construção	21	23	493	589
Outras receitas	7.091	13.221	5.276	10.312
Total de receita operacional bruta	69.280	132.376	66.572	133.473
Deduções da receita operacional				
PIS corrente	(906)	(1.766)	(814)	(1.630)
PIS diferido	(237)	(418)	(285)	(573)
COFINS corrente	(4.170)	(8.133)	(3.749)	(7.506)
COFINS diferido	(1.096)	(1.928)	(1.310)	(2.637)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(2.117)	(4.210)	(1.787)	(3.575)
Taxa de fiscalização	(150)	(301)	(144)	(287)
Total da Deduções da receita	(8.676)	(16.756)	(8.089)	(16.208)
Receita operacional líquida	60.604	115.620	58.483	117.265

17. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro líquido do período	22.916	50.846	15.069	39.885
Média ponderada de número de ações	667.013	667.013	667.013	667.013
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$⁽¹⁾	0,04	0,08	0,02	0,06

⁽¹⁾ A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº12, e, portanto, seu período teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

18. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio anual	
			30/06/2026	31/12/2025
Auto - Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	2	2
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	4	4
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	1	1
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2028	90.000	28	13
Riscos de Engenharia (RE)	31/12/2026	12.409	137	438
Riscos Operacionais	30/06/2028	200.000	1.862	733
Transporte Nacional	31/07/2027	Até 5.000/viagem	2	1
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	6.021	18	17
Total			2.054	1.209

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

19.1 Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	30/06/2026		31/12/2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		1.136	1.136	10.859	10.859
Concessionárias e Permissionárias		23.999	23.999	22.781	22.781
		25.135	25.135	33.640	33.640
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	114.986	114.986	96.430	96.430
Instrumentos financeiros derivativos	2	3.379	3.379	8.977	8.977
		118.365	118.365	105.407	105.407
PASSIVO	Nível	30/06/2026		31/12/2025	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo					
Custo amortizado:					
Fornecedores		9.605	9.605	13.425	13.425
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		480.211	480.211	510.935	510.935
		489.816	489.816	524.360	524.360
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	6.855	6.855	6.351	6.351
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	82.987	82.987	88.961	88.961
		89.842	89.842	95.312	95.312

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos financeiros com o objetivo de mitigar exposições relevantes às variações de valor justo dos instrumentos financeiros. Nesse contexto, utiliza instrumentos derivativos, principalmente contratos de swap de taxas de juros e câmbio, para proteção contra oscilações cambiais e para adequação do custo das dívidas às condições de mercado.

Notas Explicativas

As estratégias de proteção são monitoradas continuamente, de forma a preservar a efetividade das operações contratadas. Sempre que necessário, as estruturas de hedge podem ser revisadas, reestruturadas ou complementadas, visando mitigar potenciais impactos decorrentes de alterações nas condições de mercado.

19.2 Categoria dos instrumentos financeiros

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. 30 de junho de 2026, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 30 de junho de 2026 o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$702 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

19.3 Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de riscos

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Dívida ⁽¹⁾	563.198	599.896
Caixa e equivalentes de caixa	(1.136)	(10.859)
Dívida líquida	562.062	589.037
Patrimônio líquido	1.151.259	1.100.380
Índice de endividamento líquido	0,49	0,54

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (% a.a.)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.652	-	-	-	6.953	9.605
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,57%	57.906	59.356	394.366	166.443	31.484	709.555
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.661	3.194	(3.379)	-	-	3.476
Total		64.219	62.550	390.987	166.443	38.437	722.636

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras, são como segue:

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	1.136	10.859
Concessionárias e permissionárias	5	23.999	22.781
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	114.986	96.430
Instrumentos Financeiros derivativos	19	3.379	8.977

c) Risco de mercado: taxa de juros e de cambio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2026, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$567.457, onde R\$82.987 estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº11 e 12.

Notas Explicativas

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 30 de junho de 2026 com redução de 5,92% sobre 31 de dezembro de 2025, cotado a R\$5,1766/USD (R\$5,5024/USD em 31 de dezembro de 2025). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 30 de junho de 2026 era de 10,95% enquanto em 31 de dezembro de 2025 foi de 10,12%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo não circulante	3.379	8.977
Total do ativo	3.379	8.977
Passivo Circulante	6.855	6.351
Total do passivo	6.855	6.351

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados às moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 – Bocom BBM	16.223	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2026	31/12/2025		30/06/2026	31/12/2025
Dívida designada para Fair Value Option	86.000	86.000	Moeda Estrangeira	(83.003)	(88.976)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira	83.003	88.976
Swap Cambial (Derivativo)	86.000	86.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(86.479)	(86.350)
			Posição Líquida Swap	(3.476)	2.626
			Posição Líquida Dívida + Swap	(86.479)	(86.350)

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 30 de junho de 2026 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº11 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida no site do banco central.

19.4 Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Notas Explicativas

Considerando a manutenção da exposição cambial no período findo em 30 de junho de 2026, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda estrangeira	(86.000)		(79.585)	(98.732)	(117.879)
Variação da dívida	-		6.415	(12.732)	(31.879)
Swap cambial					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros derivativos	83.003	Alta Cambio	76.588	95.735	114.882
Variação	-		(6.415)	12.732	31.879
Posição passiva					
Instrumentos financeiros derivativos - Taxa de juros CDI	(86.479)		(86.479)	(86.479)	(86.479)
Variação - Taxa de juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	(3.476)		(9.891)	9.256	28.403
Total líquido	(89.476)		(89.476)	(89.476)	(89.476)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2026, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$89.476 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2026 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	114.986	Alta CDI	13.798	17.248	20.697
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(86.479)	Alta CDI	(10.377)	(12.971)	(15.566)
	(374.038)	Alta TJLP	(34.187)	(42.734)	(51.281)
Subtotal (2)	(460.517)		(44.564)	(55.705)	(66.847)
Total -perdas (2)	(345.531)		(30.766)	(38.457)	(46.150)

(1) Considera o CDI de 30 de junho de 2027 (12,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2026 e TJLP 9,14% ao ano.

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$106.940.

20. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e

Notas Explicativas

não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R2).

Em 30 de junho de 2026, a despesa de patrocínio ao plano foi de R\$125 (R\$113 em 30 de junho de 2025), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período.

21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	30/06/2026	31/12/2025
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	110.779	133.958
Receita de margens da obrigação de performance da construção	23	7.455
(Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(117)	(4.653)
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	1.689	1.120
Atividades de investimentos		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	-	11.734

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Diretores e Administradores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Ênfase

Incêndio nos transformadores da linha de transmissão

Chamamos a atenção para a nota explicativa 14.2 às informações financeiras intermediárias na qual a Companhia divulga que responde à processos na esfera civil, de cunho indenizatório, decorrente de prejuízos causados pelo incêndio na Subestação de Macapá em 3 de novembro de 2020, que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 06 de agosto de 2026.

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Gioreli De Sousa Filho
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 06 de agosto de 2026.

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Gioreli De Sousa Filho
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG